



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: SILVIA DA BANCADA FEMINISTA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/06/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

**A SRA. PRESIDENTE (Silva da Bancada Feminista)** – Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 18ª audiência pública do ano de 2022.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/](http://www.saopaulo.sp.leg.br/), em Auditórios *Online*, no link Auditório Virtual, e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

A realização desta audiência pública vem sendo divulgada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente, desde o dia 23-06-2022; no dia 25-06-2022 no jornal *O Estado de S.Paulo* e no dia 27-06-2022 no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para a participação do público foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e poderão ser feitas de forma presencial com os secretários da Comissão.

Suspendo a reunião por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Silvia da Bancada Feminista.

**A SRA. PRESIDENTE (Silva da Bancada Feminista)** – Chamo, para compor a Mesa, os Srs.: Maurício Moraes Tonin, procurador, nesta audiência representando a Procuradoria-Geral do Município; Carlos Roberto Isa, defensor público, nesta audiência representando a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Pergunto se há, presente, algum representante da Secretaria Municipal de Habitação, visto que mandamos convite para a pasta. (Pausa) Também mandamos convite para o Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL. Gostaria de saber se há algum representante desta pasta presente. (Pausa) Enviamos convite para o Ministério Público, que nos informou que o promotor de justiça Dr. Pedro Machado não poderá comparecer em virtude de oitiva de inquérito civil designada na mesma data.

Chamo também, para compor a Mesa os Srs.: Juliana Avanci, do Centro Gaspar

Garcia de Direitos Humanos; e Benedito Roberto Barbosa, o *Dito*, da campanha Despejo Zero.  
(Palmas)

Anuncio a presença da Vereadora Luana Alves. (Palmas)

Farei uma fala de abertura e depois passarei a palavra para a Juliana. Esta audiência pública foi convocada por três Vereadores: por esta Vereadora, pela Comissão de Política Urbana; pela Vereador Juliana Cardoso, com quem tenho um projeto em comum – na verdade, o projeto é dela e sou coautora – e pelo Vereador Eduardo Suplicy, que em breve estará conosco.

Há tramitando na Câmara Municipal alguns projetos de lei que tratam da questão do despejo no município de São Paulo. Um deles é o PL 118/21, de autoria da Vereadora Juliana Cardoso, que estabelece a suspensão dos despejos e remoções no município de São Paulo enquanto perdurarem os efeitos da pandemia. Esse projeto já foi aprovado em todas as Comissões, estando em condições de ser pautado em primeira votação. Outro projeto é o PL 200/2019, de autoria do Vereador Eduardo Suplicy, que trata de um protocolo de remoções na cidade de São Paulo, já aprovado em primeira votação, sobre o qual podemos apresentar substitutivo, pactuado com o Executivo, para acelerar a aprovação da matéria.

Assim, há esses dois projetos de lei. Um de autoria da Vereadora Juliana Cardoso, do qual nós da Bancada Feminista somos coautores; e outro, do Vereador Suplicy, os quais tratam de impedir os despejos durante a pandemia na cidade de São Paulo. Por que esses projetos são importantes? Sabemos que há uma ADPF, que foi um instrumento muito importante, pois proibiu os despejos durante a pandemia; porém, ela está corre o risco de não ser prorrogada. Amanhã é o prazo final para a prorrogação ou não dessa ADPF pelo Supremo Tribunal Federal. Depois, o *Dito*, da campanha Despejo Zero, poderá falar com mais propriedade sobre isso, mas o que exigimos nesta audiência pública é que essa ADPF seja prorrogada, porque os efeitos da pandemia permanecem. E mais: os efeitos econômicos da pandemia são gravíssimos. O número de pessoas que entraram na condição de miserabilidade, que não conseguiram mais pagar seus aluguéis, que tiveram que recorrer às ocupações também aumentou muito. Então, não é possível que, diante desse caos social, dessa crise econômica gravíssima que aflige demais nossa

população, não tenhamos uma prorrogação da ADPF e não tenhamos, na cidade de São Paulo, o mesmo tratamento. Porque, apesar de a ADPF ser um instrumento federal, a cidade de São Paulo também tem responsabilidade. Há muitas ocupações, e se a ADPF não for prorrogada, corre-se o risco, sim, de haver despejos, e será uma tragédia na cidade de São Paulo, pela qual têm responsabilidade o Prefeito Ricardo Nunes, o Secretário de Habitação e o Secretário de Urbanismo. Infelizmente, eles não estão presentes nesta audiência pública, mas, mesmo assim, iremos atrás deles para conseguir esse compromisso de que em nossa cidade não haja despejo. Para isso, é muito importante que aprovemos esses projetos de lei que citei, que proibiriam esses despejos.

Passo a palavra agora para Vereadora Juliana Cardoso. Obrigada.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Obrigada, Vereadora, que preside esta Comissão de Política Urbana. Havíamos conversado antes sobre fazer uma audiência pública conjunta das Comissões de Política Urbana e da de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Só que a Comissão que eu presido não teve reuniões, porque está havendo audiências públicas. Assim, não conseguimos aprovar essa audiência conjunta, mas achamos importante que fosse mantida, antes, a reunião que já havia sido aprovada na Comissão de Política Urbana por conta do prazo de amanhã, dia 30, que será de extrema importância. Não só as Casas legislativas como também a população, fizeram semana passada, um ato na Avenida Paulista; e não só em São Paulo, mas em todo o Brasil. Por isso, para nós, é extremamente importante manter essa mobilização.

A vida está mais cara por conta da inflação. Eles acham que a gente ganha em dólar, doutor, não é possível. Toda vez que aumenta o dólar é isso; culpa, claro, desse governo que está aí, sem enxergar que nós brasileiros ganhamos em real. E não temos aumento. Tudo aumenta, menos o salário. Aliás, eles só colocam mais projetos de lei para retirar direitos do povo e da classe trabalhadora.

Não estamos hoje falando somente do Despejo Zero. Esta Casa entrará em recesso, mas está entrando todo tipo de projeto de lei que é contra o funcionalismo público e o povo de rua. O Padre Júlio me ligou de manhã para falar que há um projeto, que veio do Executivo, que

dispõe sobre famílias adotarem moradores de rua. Como assim uma família adotar um morador de rua? Ele mesmo diz: no primeiro “corote” – que é o que aquece a população de rua -, essa família vai expulsar esse morador. Como se ter uma ação de tutela? Não está muito claro esse projeto, mas me parece que está aqui na Casa. Estou em busca dele, para ver se não vai entrar nesse pacote de maldades que está havendo aí.

O outro é sobre o funcionalismo público. Mais uma vez, doutores, organizam projetos que chamamos de jabutis dentro de um projeto, para poder fazer retirada de direitos do funcionalismo, e agora dos cargos com nível superior e de carreira já adiantada.

Para variar, a gente não sabe de onde vem tanta maldade, porque tanta maldade nesse momento, quando a população mais precisa de atenção do serviço público, de haver um Estado forte; e não vai ser diferente se a gente não conseguir aprovar o Projeto Despejo Zero, porque as pessoas estão nas ruas. É só a gente sair daqui e a gente olhar no entorno. Olha aqui, na praça da frente, e vai ali à Praça da Sé. Não são pessoas individuais, como, muitas vezes, acontece de a gente ver pessoas sem famílias. Agora são famílias, e agora, em todos os faróis, a gente vê ou a criança ou o adulto chamando, pedindo ajuda ou vendendo alguma coisa.

Então, a gente sabe que esse projeto, se a DTF, no dia 30, não prorrogar, e a gente não prorrogar e a gente não aprovar esse projeto de lei, muitas famílias vão para a rua, muitas famílias vão para a rua, e vai ser sangue, por que vão para onde e fazer o quê? Qual é a política pública, de fato, que há para poder dialogar com essas famílias? Ah, muitas vezes, falam assim: “Há a criação do bolsa aluguel.” São 400 reais. Onde a gente vai achar qualquer lugar por 400 reais? É a primeira pergunta. Segunda pergunta: Tem que haver o auxílio de três meses, para não haver o fiador. Quem tem três meses para poder pagar? Terceira pergunta: Ou ter fiador. Quem é que tem fiador para poder ir para uma casa de aluguel? Então, é uma lógica completamente equivocada e, por outro lado - Sra. Juliana e Srs. Dito, Luana, Sílvia e doutores que eu vou ainda memorizar os nomes - toda política de Habitação, na cidade de São Paulo, não foi feita.

A gente teve um projeto que foi todo pensado pelo movimento de moradias junto com

a Prefeitura. Foi uma ação muito intensa, para se poder votar o Projeto Pode Entrar, que já tem estruturas prontas. Há recurso no orçamento para poder começar e, até agora, nada se começa, inclusive para famílias que estão esperando há muito tempo, para que os projetos continuem. Então, é uma coisa muito fora de ordem, muito fora de contexto. Assim, hoje nós estamos aqui para poder falar, dialogar no setor público. Eu fico pensando aquela coisa de mãe. Sabem, quando se fala com o filho e o filho não presta atenção? Aí você vai lá e fala: “Presta atenção. Vem aqui. Sente-se aqui, para poder prestar atenção.” É um pouco essa sensação que eu tenho com a Prefeitura, porque não haver ninguém para poder falar ou dar a mínima satisfação é desleixo, é falta de atenção com o povo, é falta de responsabilidade política. Se, desse mesmo jeito está acontecendo agora, imaginem se a DTF não passar, não prorrogar ou esse projeto de lei não passar?

Então, a gente queria também aqui pensar coisas coletivas. Não é só o movimento de moradia, não são só os Vereadores; é o povo, porque isso vai bater diretamente na vida deles.

Então, Sra. Silvia, parabéns por essa nossa - falo nossa porque combinamos juntas - iniciativa, de a gente estar aqui para poder pensar um pouco e fazer esse processo andar, antes que ocorra o recesso.

Muito obrigada pela participação de todos.

Eu vou presidir outra audiência pública aqui a uma hora. Depois a Sra. Silvia vai explicar melhor. Se, de repente, passar do horário até uma hora, vamos para outra sala e eu não vou poder acompanhar vocês, porque vou ter que continuar aqui, para presidir a próxima audiência.

Está bom? Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Vereadora Juliana Cardoso pela nossa parceria aqui, porque a gente precisa de parceria, para poder impedir os despejos aqui na nossa Cidade.

Antes de passar a palavra para os Vereadores, eu queria passar agora a palavra para a Profa. Raquel Rolnik, que é urbanista e professora da FAUSP. Ela tem um horário mais

restrito e é importante que possamos ouvi-la, porque ela tem uma competência muito grande em relação a todas essas questões que nós estamos debatendo aqui na audiência, inclusive sobre a cidade de São Paulo. Então, queria que nós ouvíssemos a Profa. Raquel Rolnik. Em seguida eu já passo a palavra para os Vereadores que estão aqui presentes na nossa audiência.

Tem a palavra a Profa. Raquel Rolnik.

**A SRA. RAQUEL ROLNIK** – Bom dia a todos. Eu agradeço muito a deferência de poder acomodar a minha restrição de tempo. E fiz questão absoluta - apesar de estar no meio de uma reunião aqui presente - de apenas reafirmar a importância absolutamente central de termos uma ação municipal, diante da gravíssima situação habitacional que nós estamos vivendo em nosso País.

Nós estamos aqui lutando pela suspensão, pela extensão da suspensão do despejo, mas, mesmo assim, todos os dias, pessoas estão despejadas, inclusive individualmente. Estão indo para a rua e sem nenhuma forma política que seja capaz de atendê-las. Nós estamos vivendo a pior crise na história da habitação.

Eu acho que, pelo menos, desde os anos 20 do século passado, não vi isso. Estudo história e acompanho a política habitacional dessa Cidade. Acho que nós não vimos uma situação como essa na história da nossa Cidade, com a quantidade de pessoas indo para a rua. Cada novo despejo é população indo para a rua e um novo assentamento precário se formando no nosso País, que imediatamente também fica sujeito a uma situação de despejo, de reintegração de posse, além de precariedade.

Quero lembrar também - vou ser muito breve aqui - que nós estamos vivendo simultaneamente, na Cidade, a maior crise habitacional das últimas décadas e o maior *boom* imobiliário das últimas décadas também, com uma oferta imensa de estoque residencial, que não tem nada a ver com as demandas e as necessidades da nossa população. E acho que isso precisa ter muita atenção, porque nós não podemos discutir, nesta Casa, esses processos de forma separada.

A nossa regulação urbanística, o nosso Plano Diretor e todas as ações que fizemos

em relação a ele tem diretamente a ver com a possibilidade real, concreta. Os planos urbanísticos, os PIUs, as operações urbanas podem piorar o *déficit* habitacional ou não, atendendo a quem mais precisa.

Não podemos fazer da nossa política urbana uma máquina de despejos. Não podemos fazer da nossa política urbana uma máquina totalmente capturada para o complexo imobiliário financeiro, que oferece produtos para investimento e não casas para morar.

Nesse sentido, eu queria defender que a gente pudesse não apenas ter uma política pública habitacional com recursos públicos a fundo perdido, dialogando com as distintas situações, com a intensa participação daqueles e daquelas que são atingidos, mas também que atentássemos para os efeitos da nossa própria política urbana, na piora das condições de vida, nas condições também e na alimentação da máquina de despejos que se transformou a nossa Cidade e o nosso País.

---

Muito obrigada, gente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Muito obrigada, Sra. Raquel Rolnik, que é não só professora e urbanista, mas também uma militante, uma ativista na defesa de um projeto realmente urbanístico, que possa contemplar a necessidade das pessoas por moradia digna.

Então, muito obrigada pela participação.

Anuncio a presença da Vereadora Ely Teruel, Vice-Presidente da nossa Comissão de Política Urbana. Se depois V.Exa. quiser usar a palavra, diga-me.

Depois, se V.Exa. quiser a palavra, Vereadora Ely, me fala, por favor. E também eu ouvi aqui a presença do Vereador João Jorge, não sei se ainda está conosco. Mas todos os Vereadores presentes, se quiserem fazer uso da palavra, é só avisar nossa organização.

Neste momento passo a palavra à Vereadora Luana Alves.

**A SRA. LUANA ALVES** - Bom dia a todos os presentes, todas as Ocupações, aos Movimentos de Moradia, às Vereadoras Sílvia, Juliana e os Vereadores que estão *on-line*, ao Dito, enfim bom dia a todos que é do movimento, em especial à Campanha Despejo Zero.

Vou fazer uma saudação muito rápida porque eu quero ouvir o pessoal que veio dos bairros. O que estamos vendo é uma grande mentira contada por essa Prefeitura. A Prefeitura fala que vai ser a Gestão da Habitação Popular, da Moradia, que vai construir casas, mas o que estamos vendo é o contrário! É a Prefeitura que não está defendendo, de verdade, o direito à Habitação. Se fosse assim, não teríamos problemas em aprovar um projeto no Município de São Paulo para ter despejo zero. Não deveria ser um problema; não deveria ser um problema para a Prefeitura conseguirmos aprovar um projeto desse.

Hoje o que a Prefeitura está chamando de política habitacional, eu chamo de 'agradar as construtoras'. O que eles têm feito, principalmente no Plano Diretor, é fazer muitas unidades habitacionais que não são subsidiadas. Primeiro, são unidades super pequenas, apartamentos minúsculos, e que você vai pagar a vida inteira pagando, endividado. Isso não é uma política habitacional.]

Onde é que estão as políticas de verdade em que se tinha o financiamento subsidiado? Em que você podia pagar conforme a sua renda; em que tinha uma porcentagem, como sempre foi Cohab, CDHU, ou seja, você pagava uma porcentagem de 0 a 90 reais, ou mesmo 80, para ser aquela parcela que você pode pagar. Hoje em dia não é mais isso. Hoje em dia você paga uma parcela altíssima, fica endividado o resto da vida - não é Silvia? - para você morar, muitas vezes, numa condição que não é das melhores.

Então eu acho que é muito legítimo que as Ocupações e os Movimentos de Moradia façam as suas ações e as façam tendo uma luta política pelo despejo zero.

Quero muito dizer que tenho ainda uma esperança de conseguir dialogar com o Executivo, dialogar com a Prefeitura, com a Secretaria de Habitação para podermos aprovar esse projeto que a Silvia falou, que é o projeto de se ter, realmente, o despejo zero no Município de São Paulo.

Sabemos que pode ter uma série de entraves jurídicos, eles podem argumentar que é uma matéria federal, que é uma matéria estadual, mas tem uma questão que é a vontade política. E acho que isso é algo que temos de cobrar.

Gostaria de dizer também, isso que foi citado pela Vereadora Juliana é uma proposta que chegou ontem aqui na Câmara. É uma proposta - vou dizer para vocês - assustadora, que é uma espécie de adoção de um morador de rua por uma família qualquer. É uma proposta em que se ganharia um auxílio, ou seja, você mora numa casa, ganharia um auxílio se você trouxer um morador de rua para sua casa.

Primeiro que isso desrespeita a Assistência Social. Desrespeita o trabalho do assistente social, da assistente social, que trabalham com a população de rua. Desrespeito com a própria população de rua, não é assim que se faz as coisas; não é assim que se recupera vínculo familiar. Depois, o Prefeito diz: "Não, não é para qualquer pessoa, isso é para familiar". Então se for um familiar seu que está na rua, aí você pode ganhar uma bolsa, um auxílio e trazê-lo para casa. Mas, mesmo assim, não é uma boa ideia, não é assim que se recupera vínculo familiar, não é assim que se recupera uma família, não é pagando auxílio.

Ademais, é um monte de ideia torta para se evitar ir para o problema central, que é ter uma política de verdade de habitação, com moradia subsidiada, apoio aos movimentos sociais, e ter uma postura política de apoiar um projeto que trave os despejos. Isso é o que temos de batalhar.

Eu acho que é uma luta de todos nós, é uma luta dos mandatos, aqui, progressistas, os mandatos que são, não só da Esquerda, mas de todos os que dizem defender a Habitação, tem de ser uma luta de todos. E, na minha opinião, tem de ser uma luta nossa a luta dos movimentos sociais.

A Campanha Despejo Zero está indo muito bem. Acho que todos os centros de apoio, as redes de apoio aos movimentos de moradia, o Centro Gaspar Garcia está aqui, e acho que é um aliado histórico de todas as ocupações de São Paulo, e penso que temos de se unificar para cobrar, de verdade, a Prefeitura, e ainda constrangê-la, caso sigam dizendo que são a Prefeitura da Habitação, mas não nos ajuda nem mesmo a aprovar, aqui, na Câmara, um projeto como esse. Nem enviam, aliás, poderiam muito bem terem enviado, do Executivo para a Câmara, um projeto que trave os despejos. É isso. Muito obrigada, vamos escutar aí o pessoal. Obrigada

Vereadora Silvia. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Queria perguntar se mais algum Vereador presente quer fazer uso da palavra? (Pausa) Então, passo a palavra para o Dito, que é representante da Campanha Despejo Zero. Ele vai apresentar um material que trouxe sobre a campanha. Então, antes mesmo das nossas autoridades falarem, é importante que todos vejam esse material que ele vai apresentar.

**O SR. DITO** - Bem rapidinho, só para trazermos os dados e agradecer às Vereadoras. (Pausa) Ah, tudo bem. Queria agradecer às Vereadoras, só mulheres hoje, impressionante. Agradecer que estão junto conosco nessa luta. (Palmas)

**A SRA. JULIANA CARDOSO** - Enfim, Dito, vou falar algo: enfim que temos mesmo mais mulheres progressistas nesta Casa.

**O SR. DITO** - Sim, mais mulheres presentes, com toda certeza. Então, queria, primeiro, fazer o registro do agradecimento dessa audiência pública, num dia extremamente importante para nós, pois, desde manhã, já estamos nos mobilizando com toda a energia pelas redes sociais. Pela informação que vi já estávamos entre os dez assuntos mais discutidos nas redes sociais em relação à suspensão dos despejos.

Hoje e amanhã são datas muito importantes, porque é quando vence a DPF 828 e o Ministro Luis Roberto Barroso precisa, urgentemente, prorrogar mais uma vez essa medida. Há dois pedidos, não sei se a Defensoria Pública fez também, se sim, serão três pedidos, dois pedidos, pelo menos, eu tenho certeza. Um é da Campanha Despejo Zero, outro é da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Ambos solicitam a prorrogação da DPF 828 mais uma vez. E isso é fundamental.

E nós já queríamos fazer uma proposta, que dessa audiência, aqui, na Câmara, possa sair também uma carta, um ofício, algum tipo de documento para hoje à tarde, subscrito pelas Vereadoras presentes e outros Parlamentares que pudessem assinar, para encaminharmos ao próprio Ministro Luis Roberto Barroso, solicitando a imediata e urgente prorrogação da DPF 828. Precisa ser imediata, exatamente porque pode passar.

A Campanha Despejo Zero vem fazendo um levantamento de dados sobre os despejos no Brasil nesses últimos dois anos. Trata-se de um levantamento feito em parceria com os movimentos e com as entidades. A Campanha tem mais de 175 organizações, hoje, articuladas em todo o Brasil. E está distribuída em três grupos de trabalho: um grupo de mapeamento; um grupo de comunicação; e um grupo de incidência, que tem atuado de forma direto junto ao Judiciário, ao Legislativo. A Defensoria Pública é uma super parceira da Campanha. E todos temos trabalhado nisso.

Apesar de termos nos empenhado na luta contra os despejos - e tanto a Vereadora Juliana, quanto a Vereadora Silvia, fizeram esse registro também -, eles ainda continuam acontecendo mesmo assim, infelizmente. Então tivemos muitos despejos de famílias, das nossas famílias, durante esses dois últimos anos.

- Apresentação de audiovisual.

**O SR. DITO** - Pode passar, por favor, é bem rápido, algumas fotos das famílias. Mas vejamos, tivemos um crescimento dos despejos, durante a pandemia, de mais de 50%. Então foi um aumento brutal, não só das ameaças de despejos, mas também das famílias que foram removidas.

Pode seguir.

Vejamos aqui o aumento de 393% dos despejos; um aumento de mais de 600% nas ameaças. E atualmente, por esse levantamento da Campanha Despejo Zero, nós temos 142 mil famílias ameaçadas de despejo, em despejos coletivos. Aqueles despejos individuais, que a Vereadora Luana e a Vereadora Silvia fizeram referências, sobre famílias que são despejadas individualmente, nem temos condições de mapear porque não estão organizados nos movimentos. Isso é só os despejos coletivos.

Nós estamos falando aí de mais de meio milhão de pessoas, quase 600 mil pessoas; e são mais de 31 mil famílias nesse período da pandemia, nos despejos coletivos, e que foram removidas, segundo o levantamento da Campanha.

Pode passar, por favor. Então temos 569.540 famílias ameaçadas, desculpe, aqui,

pessoas ameaçadas; outras 125.684 foram despejadas no Brasil nesse período. Outras 97.391 crianças, nesse momento, ameaçadas de despejo; e mais de 21 mil crianças foram vítimas de despejo durante a pandemia.

Pode prosseguir.

Aqui são 341 mil mulheres, na verdade, 341.724 mulheres estão ameaçadas de despejo e, entre elas, muitas delas já despejadas, aliás mais de 75 mil foram despejadas. Entre idosos, foram 95 mil pessoas - está aqui a D. Olga para confirmar, está na faixa dos idosos - que se encontram com ameaça de despejos. Mais de 20 mil idosos foram já removidos e despejados.

Mais algumas fotos, pode passar.

Então, ali está o levantamento das famílias ameaçadas pelo Estado. Só um registro: o Estado de São Paulo - o Estado mais rico da Federação - é o Estado que mais ameaça e é o Estado que mais despesa. São mais de 40 mil famílias ameaçadas, 45 mil famílias. Mais de 45 mil famílias ameaçadas de despejo nesse período. E os Estados de Pernambuco e Amazonas também se destacam pelos despejos, neste momento, no Brasil.

Nós tivemos duas vitórias importantes nesse período. Uma foi a aprovação e, aí, foi um pedido protocolado pelo PSOL, da ADPF 838, e hoje em parceria com dezenas e dezenas de movimentos da campanha, entre eles o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, o MTST, a Central de Movimentos Populares, a União de Moradia, as Brigadas Populares, a Frente Nacional de Luta. Centenas de movimentos estão participando.

Nós também conseguimos uma lei federal, a Lei nº 14.216, uma lei importante da Deputada Federal Natália Bonavides, a nossa jovem Deputada do PT, do Rio Grande do Norte, e agora foram protocolados mais dois projetos pedindo a prorrogação: um projeto do Deputado Orlando Silva e outro projeto da Natália, solicitando uma regra de transição em relação aos despejos, que é o PL 1501/22. Nós estamos lutando por este novo projeto, na Câmara dos Deputados.

Nós já conseguimos a prorrogação por duas vezes dessa medida, no STF, porque a ADPF vencia no dia 03 de dezembro. Nós prorrogamos para até o dia 30 de março. E, aí, fizemos

uma luta e no dia 29 de março o Ministro prorrogou até o dia 30 de junho. E amanhã, então, vence essa ADPF. Então, é fundamental para nós que ela seja, mais uma vez, prorrogada para que sigamos, no Brasil, suspendendo os despejos, porque hoje, infelizmente, nós temos mais de meio milhão de famílias ameaçadas de despejo.

Para a minha surpresa ontem eu fui visitar a ocupação Vila dos Heróis, que também está ameaçada de despejo. Na semana passada, fui à Terra de Deus, na zona Sul de São Paulo, que também está ameaçada de despejo.

Então, queria pedir todo esse apoio, esse empenho de todos e todas para que nós possamos, mais uma vez, prorrogar essa medida que é muito importante, a ADPF 838.

Quero fazer, aqui, um agradecimento especial a todos os movimentos de luta que estão participando desse processo de resistência.

E quero fazer um último registro importante. Depois de muita luta, nós conseguimos um compromisso da Prefeitura de São Paulo para a desapropriação da ocupação Douglas Rodrigues. (Palmas) Isso é fruto de uma resistência de mais de oito anos dos movimentos. Mas, mesmo assim, ela ainda segue ameaçada, porque se não sair a desapropriação logo, o juiz do Tatuapé disse que não vai esperar decreto de interesse social. Ele quer a desapropriação. Então, é fundamental agilizar a desapropriação da Douglas Rodrigues.

Viva a campanha Despejo Zero! Viva a luta dos movimentos populares! Viva a nossa resistência! Prorroge essa ADPF. Despejo zero! (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Muito obrigada, Dito. Eu acho que as sugestões que você deu, nós nos comprometemos de fazer essa carta hoje, em nome dos Vereadores, não só dos que estão presentes aqui, mas de outros Vereadores que possam se comprometer de enviar essa carta para o Ministro Barroso, pedindo a prorrogação da ADPF. E nós também podemos mandar uma carta com o mesmo conteúdo para as Secretarias de Habitação, de Urbanismo e para o Prefeito Ricardo Nunes, se comprometendo a não fazer despejo se essa ADPF não for prorrogada. Eu acho que nós podemos fazer essa carta, com esse conteúdo, e encaminhar para essas duas esferas – tanto a esfera municipal, como também

para a esfera federal. Eu acho que as companheiras aqui, da Mesa, estão de acordo com esse encaminhamento.

Tem a palavra a Dra. Juliana, que está representando o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

**A SRA. JULIANA AVANCI** – Bom dia.

Primeiro, quero agradecer este convite, feito ao Centro Gaspar Garcia. Este é um tema muito caro para a nossa entidade. Nós temos uma atuação muito próxima com as ocupações e favelas aqui, em São Paulo.

Cumprimento todos os colegas que estão presentes. Saúdo a iniciativa das Vereadoras e Vereadores para trazerem esse cenário de calamidade que vislumbramos.

Então, como já foi colocado aqui, nós estamos em um momento de muita apreensão. Aqui, nós temos representantes de várias ocupações que, provavelmente, estão com esse sentimento de permanecer na corda bamba, sem saber quais serão os próximos efeitos relacionados a ações que preveem a remoção das famílias. E trazerem essa discussão para uma agenda, no Município, é fundamental, porque isso já foi sinalizado, inclusive, na decisão anterior do Ministro Barroso. Quando ele fez a renovação da decisão liminar, ele já havia apontado a necessidade de um plano de transição, que os agentes públicos se mobilizassem para isso, a fim de se evitar uma crise humanitária. E é esta a nossa preocupação hoje.

Nós tivemos um período de suspensão do cumprimento de despejos coletivos. Nem todos os juízes seguem essa decisão do STF. Em muitos casos, nós temos de recorrer ao STF para que a decisão seja cumprida pelos juízes. E como todos já colocaram aqui, nós não temos sequer uma dimensão no aspecto individual, do que significou esse período da pandemia.

Os números que são estimados, na cidade de São Paulo, são subestimados. Recentemente, na *Folha de S.Paulo*, saiu uma divulgação de informações, pela Prefeitura de São Paulo, em que ela afirma que conseguiram monitorar, no período de 2001 a 2022, 5.100 novos domicílios irregulares. Este número é pequeno se pensarmos em todo o cenário que nós acabamos verificando nas ruas: um aumento exponencial da população em situação de rua e de

peessoas que tentam permanecer em alguns imóveis como alternativa, porque, até então, as pessoas se espremiavam para tentar pagar um aluguel. A pandemia mudou essa realidade. Então, não é que esse número estava relativamente estável. É que as pessoas, de alguma forma, conseguiam, no aperto e no sufoco, ainda pagar um aluguel, muitas vezes em condições insalubres, enfim.

No Centro Gaspar Garcia, por exemplo, nós acompanhamos 320 ações judiciais envolvendo ocupações e favelas, na cidade de São Paulo. Destas, 39 estão nessa situação de apreensão, que estão suspensas em razão de uma decisão do STF. Encerrado esse prazo de amanhã, todas essas ocupações, essas 39 ocupações ficam sujeitas ao cumprimento de uma reintegração de posse ou a uma remoção. Isso significa, em nosso levantamento, 7.200 famílias, só acompanhadas pelo Centro Gaspar Garcia. Se nós tivermos números da Defensoria aqui, nós vamos ver que esse cenário é absurdamente caótico. Isso representa, aproximadamente, 28.800 pessoas. Eu estou colocando esses números porque eles são muito expressivos para uma entidade que atua na cidade de São Paulo e não atende a todos os casos que, obviamente, surgem aqui. E temos casos que são muito simbólicos no que representam numericamente. Então, tem a Douglas Rodrigues, que tem duas mil famílias que estão nessa situação. Nós temos, por exemplo, a Rua Rio Bahia, que são 138 famílias que estão há 30 anos no local.

E, em nosso levantamento também, dessas 39 ações que estão nessa situação de ameaça, 138 famílias que estão há 30 anos no local.

E, em nosso levantamento também, dessas 39 ações que estão nessa situação de ameaça, 13 delas eram promovidas ou pela Prefeitura ou pela Cohab ou pela CDHU ou pelas concessionárias de serviços públicos. Então, é necessário que a Prefeitura se envolva na discussão de um plano de transição. Ela tem uma responsabilidade de evitar ou de contribuir na construção de um caminho que não leve ao despejo. Em um mês, nós teremos mais 28.800 pessoas na rua. Então, a Prefeitura tem essa responsabilidade. É uma pena que, hoje, nenhum Secretário e nenhum representante das Secretarias da Prefeitura estejam aqui, porque, ainda que seja necessário o fortalecimento do programa Pode Entrar no atendimento de uma demanda

específica, que ele venha a solucionar um déficit, hoje a Prefeitura não tem nenhuma política emergencial para as famílias que sofrem despejo. Existe uma portaria que é restritiva, que não permite que as famílias acessem sequer o Auxílio Aluguel. Então, o mínimo que deve ser feito é construir um caminho para que essas reintegrações de posse não aconteçam como se fossem uma avalanche. Então, é preciso que a Prefeitura assuma esse compromisso. Então, só anunciar que há a previsão de construção de 45 mil unidades habitacionais não soluciona o problema de quem amanhã está com o despejo na porta. Que amanhã tem de enfrentar o Batalhão de Choque na porta da ocupação. Isso não é um problema de polícia, obviamente, nós sabemos. Não é responsabilidade da polícia fazer isso. Os juízes se recusam, muitas vezes, de fazer as audiências de mediação, embora insistamos nisso com base na lei nacional, que fala que encerrado esse prazo da suspensão, os juízes devem marcar audiência de conciliação – e eu acho que, um pouco, sinalizando para esse plano de transição. Mas, hoje, na cidade de São Paulo, nós não temos nenhuma política que dê socorro e amparo às famílias que possivelmente serão despejadas.

Era isso o que eu queria trazer de colaboração para esta discussão. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Muito obrigada, Dra. Juliana.

Eu recebi um recado de que o Vereador Suplicy não poderá estar presente, mas ele mandou um representante, que está *on-line* e que também é da Comissão de Direitos Humanos da OAB, e que é o Sr. Edilson Mineiro. (Palmas)

**O SR. EDILSON MINEIRO** – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento a iniciativa do mandato coletivo da Vereadora Silvia da Bancada Feminista, a Vereadora Luana, a Vereadora Juliana Cardoso.

Agradeço ao convite que foi formulado à Comissão de Direitos Humanos pelo Vereador Eduardo Suplicy, queridas e queridos companheiros combatentes da luta por direitos humanos. E a Comissão de Direitos Humanos da OAB, através dos núcleos de movimento social e de ação emergencial, em solidariedade aos movimentos sociais e às organizações e

instituições que estão essa discussão do Despejo Zero, reforça o compromisso com uma série de demandas que precisam ser analisadas pelo Poder Público para superar os conflitos gerados aí e que já foram comentados nesta audiência.

Como já foi dito aqui, a crise de habitação, na cidade de São Paulo, é muito anterior à questão da pandemia. Ela é estrutural dentro do processo de produção da Cidade, um processo excludente de produção da Cidade, e assim ela tem de ser entendida. A solução desse problema de moradia tem de ser entendida por meio de respostas estruturais, que a Administração Pública possa dar, nos seus diversos mecanismos de atuação. A pandemia radicalizou, tornou mais cruel essa crise estrutural da Cidade, e chamou mais a atenção para a gravidade dos problemas.

Eu queria chamar a atenção, aqui, para um aspecto do processo da pandemia que é enquanto a política sanitária recomendou às pessoas que permanecessem em casa, o mercado imobiliário teve a sua demanda atendida e as ações, as obras, os empreendimentos no mercado imobiliário não foram paralisados ou tiveram o ritmo diminuído durante o processo da pandemia. Essa expansão imobiliária violenta e desconectada da legislação da Cidade, acaba contribuindo para o aumento da desigualdade e para a radicalização desses conflitos urbanos. Então, o que nós vemos hoje é uma balança desequilibrada. Enquanto a maior parte da sociedade continua fora das políticas públicas, o mercado imobiliário, essas políticas de exclusão permanecem a todo o vapor. Isso exige, então, esse esforço coletivo, no sentido de superar essa situação.

Em primeiro lugar, eu preciso chamar a atenção para a necessidade de aplicação dos instrumentos redistributivos que estão previstos no Plano Diretor da Cidade. A cidade de São Paulo precisa aplicar o IPTU progressivo no tempo, precisa ter uma fiscalização melhor da outorga onerosa e precisa ter uma fiscalização melhor na aplicação dos recursos que estão no Fundo Municipal de Urbanização, o Fundurb. São recursos cuja a utilização deve ser prioritariamente voltada para atender às pessoas de menor renda, às pessoas em situação de exclusão na Cidade.

Também já foi dito aqui, por exemplo, do drama da população em situação de rua, que foi multiplicada muitas vezes agora, no processo da pandemia. Isso exige uma forte e

estruturada política de tratar a habitação não como uma mercadoria, mas como um direito social fundamental.

Também pende de discussão e aprovação o Plano Municipal de Habitação da Cidade, o PL 619/16, que seria um documento fundamental para poder estabelecer, no tempo, uma estratégia de reversão desses problemas.

E, por fim, mais diretamente relacionada à questão dos despejos, é necessário que haja um compromisso da administração municipal não só com o plano de transição, mas também com a criação de uma comissão municipal de mediação dos conflitos fundiários urbanos. Essa situação de habitação envolve questões relacionadas à política de assistência social, à política de saúde, aos instrumentos de política urbana, aos instrumentos de política de habitação, aos instrumentos de política de desenvolvimento econômico da cidade. Ou seja, é apenas uma ação articulada entre esses diversos setores que conseguirá dar resposta a esse desafio enorme que temos pela frente, que é o desafio de garantir os direitos humanos de todas as pessoas, independente de sua condição de renda, e o desafio de passar por essa fase terrível que tem sido a pandemia em nossa cidade, uma das cidades mais ricas do País. É absolutamente inacreditável que enquanto nós verificamos o grau de degradação a que as pessoas estão sendo submetidas, em termos da política habitacional, não vejamos uma resposta concreta e objetiva por parte do Poder Público.

Então, eu termino parabenizando as Vereadoras pela iniciativa, e dizendo que a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, de São Paulo, é solidária com a luta dos movimentos sociais, com a defesa dos valores constitucionais que devem ser preservados e devem avançar a partir dessa articulação que está sendo proposta aqui.

Parabéns por esta audiência pública e contem com a OAB. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Edilson Mineiro.

Passo a palavra, agora, para o Dr. Maurício Morais Tonin, representando a Procuradoria Geral do Município de São Paulo.

**O SR. MAURÍCIO MORAIS TONIN** – Obrigado, Vereadora.

Bom dia a todos e a todas.

Queria, primeiro, esclarecer que eu sou Procurador do Município. O que significa isso? Eu sou advogado concursado. Eu sou advogado da Prefeitura. Então, eu estou aqui hoje representando a Advocacia Pública, ou melhor, o órgão da Advocacia Pública. Não estou representando a Prefeitura em si. Não tenho esse poder para representar as Secretarias envolvidas, que também não enviaram os seus representantes, ok.

Então, a minha pequena, breve participação aqui, Vereadora, será para dar os cumprimentos e agradecimento da Procuradora-Geral, Dra. Marina Magro, pelo convite para participação aqui, nesta audiência, e para colocar algumas breves informações.

A atuação da Procuradoria se dá nos casos que são judiciais. Então, eventuais medidas que são tomadas administrativamente pela própria Prefeitura não passam pela Procuradoria. Então, a PGM ingressa com algumas ações judiciais. As ações de reintegração de posse que não envolvem a questão de moradia continuam acontecendo normalmente na cidade de São Paulo; a decisão do Supremo Tribunal Federal abrange apenas essas ocupações, esses imóveis que possuem famílias, e tem essa questão de moradia envolvida. Essas as ações que foram suspensas.

Mesmo assim, neste período, alguns poucos e pontuais casos continuaram em razão de algumas exceções que são permitidas pela decisão judicial. Uma delas seriam novas ocupações, ou seja, aquelas que não estavam consolidadas no início da pandemia. Penso eu que, justamente, porque o Supremo não quis induzir novas ocupações, e também aquelas naqueles locais em que existem riscos geológicos altos ou muito altos. Então, para preservar a vida das pessoas, a própria Justiça tem permitido essas reintegrações ou riscos de imóvel, como, por exemplo, um risco de ruína de um imóvel, em que também se está preservando a vida daquelas pessoas que estão ali, mas são casos muito pontuais. Pelo que eu apurei, apenas quatro casos nesses últimos dois anos, que foram a frente justamente com esse fundamento, com essa precaução em relação à vida das pessoas.

Se houver a prorrogação da decisão judicial, já foi muito mencionada pelo Ministro

Roberto Barroso, referendada pelo plenário virtual, essa discussão deixa de ser urgente, Vereadora. Caso isso não aconteça, e não sei dizer, porque não tenho essa informação, qual será a postura da administração municipal em relação a essas ações que estão suspensas e o que aconteceria, se haveria esse período de transição que estão sendo mencionado aqui, não sei o que vai acontecer.

Se o Projeto de Lei for aprovado, haveria, então, uma lei municipal que geraria o efeito de suspensão dessas ações, por isso estamos hoje discutindo esse Projeto de Lei.

O único ponto que coloca a V.Exas., aos nobres Vereadores desta Casa, seria sobre essas exceções, se elas continuariam existindo ou não. Pela leitura que eu fiz do Projeto de Lei, não encontrei essa possibilidade de exceção: que seriam justamente novas ocupações, aquelas que ocorrerem no caso da publicação da lei, área de risco geológico alto e muito alto e, também, risco de ruína dos imóveis.

Coloco-me à disposição, assim como a Procuradoria Geral do Município, a qualquer necessidade de consulta de V.Exas.

Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Dr. Maurício.

A Vereadora Juliana Cardoso quer fazer um comentário rápido.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Duas perguntas muito objetivas: primeiro o que é área de risco eminente já tem a sua própria legislação que coloca como emergencial e urgente a retirada dessas famílias. Isso já é lei. O que a gente sempre visualiza? O que é realmente risco eminente. Até a gente se fizer isso como Vereador tem prerrogativa de responder judicialmente. Segundo o que são áreas de ocupações novas, quando tem ocupação se a Prefeitura não faz exatamente aquilo que precisa ser feito imediatamente, se consolida 24h, é uma responsabilidade da própria Prefeitura. Isso não bate diretamente na relação da legislação para poder executá-la.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, novamente, ao

Dr. Maurício por estar na nossa audiência pública.

Eu queria chamar o Defensor Público, Dr. Carlos Roberto Isa.

**O SR. CARLOS ROBERTO ISA** – Muito bom dia a todas as pessoas presentes. Eu gostaria de saudar a Vereadora Silvia da Bancada Feminista pela iniciativa desta audiência pública, que nós entendemos um instrumento democrático por excelência já que nos permite debater temas sensíveis e ampliar o debate do Parlamento com a sociedade de um modo geral. Então, a Defensoria Pública agradece à Vereadora Silvia; cumprimento as demais Vereadoras integrantes da Mesa; cumprimento Dr. Maurício, representante da Procuradoria Geral do Município; gostaria de fazer uma saudação especial ao Dito que é a pessoa que incorpora todo esse espírito de defesa da moradia, é um batalhador, um grande parceiro da Defensoria Pública. Dito, receba meus cumprimentos e meu abraço. (Palmas) E, de minha parte, pessoalmente falando, expressei minha admiração profunda pelo seu trabalho.

Senhores e senhoras, a Defensoria Pública trabalha com esse tema da moradia diuturnamente. Não me cabe desdobrar aqui as atividades feitas pela Defensoria Pública nessa temática, mas, sim, tratar, especificamente, do tema objeto desta audiência pública. E, ao longo dessa minha breve fala, eu posso desdobrar um pouquinho do nosso trabalho.

Mas, em relação ao PL, a Defensoria Pública participou de debate da construção e da elaboração deste PL, alguma contribuição para elaboração deste PL, notadamente, ao que toca ao ajuste dos dispositivos das normativas internacionais que é fundamental, sobretudo, as normativas da ONU que trata desse tema de remoções e despejos forçados.

A Defensoria Pública expressa o seu firme compromisso com a aprovação deste PL e apoia, incondicionalmente, a aprovação deste PL 118/2021, na medida em que ele vai ao encontro de tudo aquilo que a Defensoria Pública prega, pensa e luta todos os dias em relação a essa temática.

Todos nós sabemos que a pandemia agravou terrivelmente essa questão da moradia, do déficit habitacional que vivemos no Estado, na cidade de São Paulo, mas, também, no Brasil como um todo.

Não tenha dúvidas, Vereadora Silvia, de que a Defensoria Pública apoia e se coloca à disposição para demais contribuições que se fizerem necessárias para aprovação desse PL.

Vivemos esse momento de aflição em relação à ADPF 828. A Defensoria Pública também tem feito um esforço hercúleo para que os efeitos dessa decisão do Ministro Barroso que foi corroborada pelos demais Ministros sejam prorrogados, porque seria ampliar e aprofundar ainda mais a catástrofe que resultou da pandemia.

Então, trabalhamos junto ao Supremo Tribunal Federal para que essa medida seja prorrogada. A Defensoria Pública é parte nesse processo, está habilitada nesse processo, e o nosso núcleo especializado de habitação e urbanismo trabalha quase que incessantemente nessa temática em especial, no âmbito dessa ADPF.

Eu gostaria de recobrar uma expressão utilizada pela Professora Raquel Rolnik: hoje nós vivemos momentos sombrios e temos vigente uma máquina de despejos, o que evidentemente traz aflições; o mercado imobiliário tem ganhado cada vez mais espaço e se distanciado de um senso de humanismo que deve estar presente nesta temática.

Eu espero que o Ministro Barroso se imbua ainda mais desse senso de humanismo e prorogue os efeitos dessa ADPF.

Vereadora Silvia, uma vez mais, eu coloco a Defensoria Pública à disposição para contribuir e até eventualmente oferecer parecer no bojo deste PL. Neste momento, só reforço o nosso compromisso com essa temática da habitação, o nosso compromisso da luta contra os despejos. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo adere, integralmente, a essa campanha do Despejo Zero. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Muito obrigada, Dr. Carlos Roberto Isa. É muito importante nós ouvirmos por parte da Defensoria palavras como as suas no dia de hoje; é muito importante o apoio ao PL 118/2021.

Eu estava conversando com a Vereadora Juliana para ver se não colocamos em votação no dia hoje. Seria muito importante ter essa sinalização para, realmente, colocar à disposição das pessoas que estão desesperadas – muitas delas com o risco iminente de

reintegração de posse -, qual a posição da Câmara dos Vereadores com relação a isso. Agradecemos muito e, também, pela prorrogação da ADPF.

Para nós, as palavras da Defensoria pela sua pessoa fortalecem a nossa luta.

Muito obrigada.

Eu queria anunciar que está ao meu lado o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Queria perguntar a ele se quer fazer uso da palavra agora ou depois.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY** – Oi, querida Vereadora Silvia da Bancada Feminista e demais Vereadores, Dito, Luana, Juliana, Defensores Públicos e movimentos de moradia presentes. Eu estava neste instante desde 12h40 reunido com Fabricio Cobra, Secretário da Casa Civil. Inclusive, transmiti a ele a importância desse projeto que está sendo examinado sobre os despejos.

Quero informar que estou encaminhando, neste início da tarde, uma carta ao Ministro Luís Roberto Barroso, como já o fiz outra vez, em que ele prorrogou o prazo para que não haja despejos durante o período da pandemia do coronavírus, tendo em conta que ainda não terminou essa pandemia; tendo em conta que há mais de 7 mil famílias que estão preocupadas com eventuais despejos, se não for prorrogado esse prazo, correspondendo a mais de 30 mil pessoas. Então, é muito importante que possamos ter a compreensão do Ministro Roberto Barroso. Logo, pedi a minha Assessoria para preparar uma carta com esse apelo.

Cumprimento todos vocês por esta audiência pública tão importante.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Muito obrigada, Vereador Eduardo Suplicy.

**A SRA. LUANA ALVES** – Posso só aproveitar a deixa da presença do nosso querido Vereador Eduardo Suplicy, para pedir desculpas e dizer que vou ter que me ausentar. O jurídico do mandato está presente. Só quero dizer que acho excelente o encaminhamento da carta de Vereadores ao Ministro Barroso e, diante da postura da Defensoria – o que me deu muita felicidade -, acho que ela poderia, inclusive, subscrever essa carta para ser enviada ao Ministro

Barroso, para que seja uma carta de Vereadores e da Defensoria pedindo a prorrogação do prazo. Pode ser?

**O SR. CARLOS ROBERTO ISA** – Sim, sem dúvida é possível. Só reiterando que a Defensoria Pública está habilitada nesse processo. Ela tem se manifestado com muita frequência, inclusive, recentemente, acerca da prorrogação.

De qualquer maneira, coloco a Defensoria, sim, à disposição.

**A SRA. LUANA ALVES** – Perfeito. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Vereadora Luana.

Só para avisar ao Vereador Eduardo Suplicy que, antes de o senhor chegar, nós já havíamos encaminhado uma carta comum de todos os Vereadores presentes mais os que quiserem subscrever, agora, temos, também, a Defensoria. Então, nós temos a proposta de uma carta coletiva queria que fosse uma carta única, que pudéssemos encaminhar tanto para o Ministro Barroso quanto para as Secretaria do Executivo da cidade de São Paulo e do Prefeito Ricardo Nunes.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY** – A carta está pronta?

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Não. Estamos trabalhando uma proposta. Até o final da audiência, a gente consegue.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY** – Eu queria pedir ao Juliano que se junte a Assessoria da Comissão para ajudar na redação da carta, e, se possível, terminamos ainda enquanto estiver funcionando a nossa Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Ótimo. A nossa Assessoria vai conversar com o seu assessor e da Vereadora Juliana para fazermos uma carta única, coletiva.

Eu queria passar às inscrições. Temos muitas pessoas, representantes de ocupações, que estão ameaçadas de reintegração de posse. É muito importante que esta audiência pública seja a voz dessas pessoas. Foi por causa de vocês que nós chamamos esta

audiência pública. Vocês são os sujeitos, protagonistas dessa história, que nós queremos que não seja uma história com um final triste. Queremos que essa história termine bem. É muito importante que vocês falem, coloquem as questões.

Começo chamando a primeira pessoa inscrita: Patrícia Vieira Maluly. (Pausa) Marilene Ribeiro de Souza, da UMM. (Pausa) Mateus Nolato dos Santos, UMM. (Pausa) Marilene Ribeiro de Souza está presente. Pode falar, Marilene.

**A SRA. MARILENE RIBEIRO DE SOUZA** – Eu estava inscrita aqui, mas como eu me inscrevi também online porque a gente nunca sabe...

Bom dia a todos. É uma pena, para iniciar a fala, hoje é um dia de greve, era para esta Casa estar cheia, vários companheiros queriam vir, mas para chegarem ao trem ou metrô, precisariam de ônibus, para transportá-los. Por esse motivo, uma galera do fundão do Grajaú não está presente. Ontem, tínhamos articulado trinta pessoas para estarem aqui, mas, enfim, vou falar por eles.

A importância da prorrogação da ADPF é que não é justo ter mais de 142 mil famílias nas ruas por conta de que o governo não faz política de habitação. O governo não faz uma política de habitação na cidade de São Paulo. Hoje tem um projeto...

- Interferência sonora. Microfone aberto.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Mari, só um minutinho. Peço que a pessoa feche o microfone que está aberto. (Risos)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Peço que as pessoas que estão no virtual desliguem os microfones, por favor. Assessoria, tem como desligar os microfones?

**A SRA. MARILENE RIBEIRO DE SOUZA** - Bom, acho que dá para retomar, não é?

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Pode retomar.

**A SRA. MARILENE RIBEIRO DE SOUZA** – Falta política de habitação, não só em São Paulo, como no país todo. Falando de São Paulo, aqui o número de pessoas que já moram nas ruas, em situação de rua, é altíssimo, tem aumentado a cada dia e se o Ministro Barroso não

prorrogar essa ADFP, pelo menos, até dezembro, o número de pessoas em situação de rua vai aumentar muito. Isso já foi dito, *okay*.

O que eu quero dizer? Que além da quantidade de pessoas que estão em risco de ir parar nas ruas, a gente tem um número enorme de pessoas, a gente que acompanha os moradores, as lideranças, as ocupações, a gente está vendo que as pessoas estão morrendo de fome. Tinha uma família que ficou o sábado inteiro sem comer e só foi comer no domingo, porque ela ganhou uma doação. Uma família de seis pessoas dentro de casa passando fome.

Quero falar também nesta audiência que é óbvio que não ia ter ninguém aqui do Executivo. Isso não interessa para o Executivo, o que o Executivo quer é limpar, é expulsar as pessoas das suas casas. Não tem interesse nenhum do Executivo em tirar qualquer pedido de remoção ou reintegração de posse das comarcas de São Paulo. É óbvio que o Executivo não ia estar aqui. Eu não tinha nenhuma esperança de que eu ia encontrar alguém do Executivo aqui nesta audiência de hoje.

Quero dizer também, que como está gravado, para o Sr. Prefeito e seus Deputados da Casa, da Câmara dos Deputados, criarem alguma ação para que o povo não passe mais fome. Foi terminada, no final do ano passado, a campanha de alimentos, o Cidade Solidária, alegando que a gente não teria mais pandemia, porém, as pessoas estão desempregadas, continuam desempregadas, cada dia mais estão ficando pessoas desempregadas e cada dia mais aumenta o número de pessoas passando fome.

Então peço para que Defensoria, os Vereadores também convoquem os seus amigos de trabalho da Casa para ver o que é possível fazer para voltar, pelo menos, o Cidade Solidária e que ela seja do jeito que iniciou. Que sejam colocadas pessoas competentes para que os alimentos cheguem em cada uma das pessoas que estão aqui, pelo menos as filiadas na UMM receberam cestas básicas. (Palmas) Porque foi um compromisso da UMM, que deu seu CNPJ, para que cada família recebesse sua cesta básica direitinho.

Cidade Solidária, já!

E que não jogue na mão de outras pessoas que agora vêm fazer esse trabalho. Nada

contra, mas que não jogue esse trabalho para a Cufa. Que a Prefeitura faça e procure os órgãos que, ela sabe, são de confiança para fazer esse trabalho.

É isso. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Vou chamar agora Mateus Nolato dos Santos. (Pausa) Eliúde Nicolau Araújo, da FNL. (Pausa) Alexandre Bonfim. (Pausa) Marilene Ribeiro de Souza. (Pausa) Marilene, você se inscreveu três vezes. Selma Maria de Almeida, do Movimento de Luta Nós, Bairros, Vilas e Favelas. (Pausa) Sandra Maria Mariano da Silva, do Movimento Negro. (Pausa) Vitor Goulart Nery, do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns da PUC de São Paulo. (Pausa) Camila Sofia Cesarino Santander, das Brigadas Populares. (Pausa)

Com a palavra, Vitor.

**O SR. VITOR GOULART NERY** – Boa tarde a todos, todas e todes. O Escritório Modelo tem mais de 20 anos de atuação com comunidades. A gente tinha um Termo de Cooperação com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Esse termo, infelizmente, foi encerrado. De todo modo, hoje, atuamos com 53 comunidades que estão sob risco de remoção e aqui falo um pouco por eles, exatamente como a companheira falou.

Hoje, por conta dos ônibus, não pudemos ter todos presentes.

Queria agradecer ao Dito, principalmente, por sempre estar nos instruindo, levando o Escritório Modelo também à frente dessas discussões. Quero agradecer aos Vereadores presentes e fazer um alerta, porque acho que não foi posto de forma direta, mas está nas entrelinhas.

A preocupação do Escritório Modelo hoje, a gente atua em algumas áreas de mananciais, zonas de proteção, áreas de preservação permanente. Caso o Despejo Zero não seja prorrogado, caso o PL 118/2021 não seja aprovado, quero chamar a atenção para o que pode acontecer de novas ocupações e do que isso pode provocar nas áreas de preservação ambiental.

A gente hoje sabe do racismo ambiental e de várias outras toadas que essa temática

tem tomado, a crise climática é algo que está acontecendo hoje. Vimos o caso de Petrópolis, o que aconteceu em cidades do Brasil e eu queria apenas fazer esse alerta.

Quero deixar essa palavra, porque vamos continuar com a luta, mas seria muito importante de fato que esse PL fosse aprovado e que a gente tivesse mais força para combater isso nos tribunais.

Muito obrigado. Boa tarde a todos. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Vitor. Chamo agora Eliúde Nicolau Araújo. (Pausa)

**O SR. ELIÚDE NICOLAU ARAÚJO** – Pessoal, boa tarde a todos. Faço parte da Frente Nacional de Luta Campo-Cidade. Também estou representando o Grajaú e as famílias que já estão desapropriadas do Aristocrata. Temos também a família da Sucupira e o pessoal do Terra de Deus.

Primeiro quero dizer a todos os companheiros e companheiras que não é a primeira vez, não é a primeira vez, não é o primeiro ano que nós estamos nesta Casa batendo, discutindo sobre as questões de moradia. E, além das questões de moradia, nós temos as enchentes, a falta de saneamento básico dentro da nossa região, do Grajaú, uma área totalmente abandonada pelo Poder Público, uma área que hoje vemos a decadência das famílias e será pior se a gente não conseguir fazer a prorrogação dessa ADPF.

Quero só falar para os companheiros, camaradas, que no Grajaú temos essa demanda de famílias que há anos vimos lutando. As Vereadoras têm acompanhado, a Bancada tem acompanhado, o Poder Público tem acompanhado, mas é necessário que haja um esforço e vontade política desta Casa para que esse projeto seja aprovado. É preciso que haja vontade política, sem vontade política a população não consegue ter vitórias.

Dito, a palavra de ordem é: Prorroga, já! Prorroga, já! Prorroga, já!

Prorroga...

- Manifestação da plateia: Já!

**O SR. ELIÚDE NICOLAU ARAÚJO** – Vitória da guerra. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Agora, quero chamar Marília Muller. (Pausa) Ana Paula Carneiro. (Pausa) Evandro, da Nova Conquista. (Pausa) Natasha dos Santos Belan. (Pausa) Essas são as pessoas que se inscreveram pelo *site* da Câmara.

Neste momento vou chamar as pessoas que se inscreveram presencialmente. A primeira é Juliana, da Vila dos Heróis.

**A SRA. JULIANA** – Bom dia. Sou ocupante e representante da Vila dos Heróis, que é uma comunidade que também está na luta. Venho fazer esse apelo para que prorroguem essa lei, a ADPF, porque – eu falo para vocês – a luta não para. São 80 famílias, em média, 65 crianças; condição de alimentos, precária. Quando começou a covid, teve alguma ajuda, mas agora vem decaindo, os preços aumentando e essas 80 famílias não têm para onde ir. E a gente também tem a possibilidade do despejo.

Por isso peço que prorroguem essa lei. Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Juliana.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Eu só queria saber, gostaria que você falasse um pouco melhor sobre essa ocupação. Quantas famílias são, qual é a ação de despejo?

**A SRA. JULIANA** – A gente é uma comunidade localizada na Vila Nova Cachoeirinha, na Av. Inajar de Souza, perto do piscinão. Já estamos lá perto de três anos. Temos 80 famílias e, em média, 70 crianças. Tem especiais, deficientes, idosos, pessoas que estão desempregadas, mulheres mães solteiras, então, é um caso precário.

Por isso eu vim em nome delas para pedir que prorroguem essa lei, porque é muito difícil, gente. Só quem está lá sabe como é morar num barraco, ficar com dificuldades, os mercados tudo caros e quem trabalha recebeu uma merreca, né, um salário mínimo que vai rapidinho no mercado. E quem tem filho, pior ainda, porque não dá para manter com salário mínimo.

Então eu venho em nome dessa comunidade, que é localizada na Inajar de Souza e represento essas 80 famílias. Obrigada, gente. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Realmente são muitas, muitas, mesmo, ocupações, que estão ameaçadas, com ameaça iminente de despejo. Essa audiência é muito importante para a gente fazer com que as autoridades responsáveis pensem, infelizmente não vieram, não há representantes da Secretaria, do Executivo propriamente, mas nós queremos levar...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – É, acho que seria bom a gente fazer uma visita na Secretaria de Habitação. (Palmas) Boa proposta.

Agora, Aldenira Aguiar, da Ocupação Terra de Deus. Vai lá, Aldenira.

**A SRA. ALDENIRA AGUIAR** – Bom dia a todos. Na verdade, eu vim pedir um socorro aqui para a Ocupação Terra de Deus. A gente não está sendo ameaçado de despejo, estamos sendo despejados. Neste momento estou aqui, mas eu estou com o coração partido de eu chegar na minha casa e a Prefeitura, não sei quem está indo lá, ter botado todas as minhas coisas para fora e derrubado minha casa. Isso está acontecendo lá hoje mesmo.

É uma maldade muito grande. A gente tem mais ou menos 400 famílias, muita criança, muitos idosos, pessoas deficientes e é uma situação precária porque as pessoas não estão sendo respeitadas. Estão dando um benefício de 2.400 reais por seis meses e depois falam que não sabem o que vai acontecer e não é isso que a gente está querendo. Eu não posso sair de dentro da minha casa para eu ir morar debaixo da ponte. Eu não posso sair hoje da minha casa, porque eu não tenho para onde ir.

Então alguém tem que ajudar essas famílias. Não é justo o que está acontecendo hoje. Gente, é uma situação precária, sabe? As famílias não podem sair para trabalhar, quando elas voltam, o barraco, a casa delas está sendo derrubada, destruída. A gente não pode aceitar que isso aconteça. Olha, é uma situação séria e a gente tem que fazer alguma coisa.

Que vocês aqui, pelo amor de Deus, nos ajudem. É uma situação precária, uma situação de urgência. Estão derrubando as casas sem um mandato, não tem mandato para derrubar essas casas, simplesmente derrubando a casa do vizinho, e a minha casa tremendo.

Olha, não sei o que fazer, mas eu acredito muito em Deus, já que eu vim da Terra de Deus, que eu vou ter ajuda aqui. Essas famílias vão ter ajuda aqui. Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Queria chamar agora a Ivanete, do MMLJ.

Há muitas mulheres presentes na audiência e tem a ver com a exposição que o Dito fez: são 341 mil mulheres ameaçadas de despejo e 97.391 mil crianças ameaçadas de despejo hoje no Brasil. Mulheres estão à frente na luta pelo Despejo Zero.

Com a palavra, Ivanete.

**A SRA. IVANETE ARAÚJO** – Boa tarde a todas. Boa tarde a todos, a todes. Sou Coordenadora do Movimento por Moradia na Luta por Justiça, filiada à Frente de Luta por Moradia.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Vereador, que precisou se retirar, Eduardo Suplicy; das Vereadoras que estão junto; do advogado que protagonizou esse ato, esse momento, que é o companheiro Dito, Bendito Barbosa; a Dra. Juliana, que incansavelmente também conosco, independente da hora, do minuto, as madrugadas com o Dito, quando a gente chama socorro, está lá junto. Muito obrigada a vocês por existirem nas nossas vidas. Quero cumprimentar também o Procurador-Geral do Município, o Defensor Público.

Representando a Frente de Luta por Moradia, nós estamos com mais de 10 imóveis, 10 ocupações, 10 locais que não tinha nenhuma função social da propriedade, que não tinha proprietário que pagava imposto e, a partir do momento, que o sem teto foi lá, limpou os imóveis vazios, sem função social da propriedade, deu vida àquele imóvel, passou a ocupar, aí sim, o proprietário achou de fazer ação de reintegração de posse.

Quer dizer aqui à Mesa, quero dizer a todos que ninguém ocupa por ocupar, ninguém ocupa porque acha bonito. É um estado de necessidade, é a necessidade que leva o trabalhador sem teto de baixa renda, a família, o sem teto a fazer as ocupações. É a necessidade que obriga a mulher com filho, ou ela põe a comida na boca do filho ou ela paga o aluguel, ou ela paga uma luz que é por cabeça, uma água que é por cabeça dentro de um cortiço ou ela come, é isso que

está na balança do sem-teto, é isso que está na balança da família.

Sr. Procurador, não existe ocupação nova, porque a ocupação pode ser nova, mas a família é muito antiga na luta e na trincheira. Ela existe há muito tempo. (Palmas) Se procurar, Sr. Procurador e todos, a ocupação nova, com menos de um ano, a idade daquela mulher, ela tem história para contar. Ela vai dizer: “Olha, eu vivi na rua, eu vivi na favela. Eu vivi no cortiço, eu fui despejada. Meu filho ficou sem escola, porque não tinha um endereço.” Ela tem história, Sr. Procurador. Não se pega a parede, pega sim a vida e as histórias de cada família que lá dentro existe.

Estou aqui, com todos os companheiros para pedir: prorogue já essas ações de reintegração de posse e remoções. Vamos dar atenção à vida. Antes de colocar e meter a caneta para despejar, procura saber quem está lá dentro. Vamos parar de nos criminalizar e atender à família que realmente precisa da moradia. Não é justo esse gráfico, esse histórico que o Dito colocou, que é real, passar por tanto sofrimento, por tantas ameaças. É ameaça para comer, é ameaça para morar, é ameaça para educação.

Não sei se vocês sabem, mas os nossos filhos também estão com os seus direitos violados a partir do momento que não têm endereço, a partir do momento que são ameaçados de ser despejados. Vai ter endereço para a escola? Vai ter como formar a criança? Ela vai passar de ano? Ela vai ser um procurador? Não tem como, porque ela não tem toda aquela estrutura que muitos deveriam ter.

É muito ruim quando vem uma mãe aqui na frente, como a senhora que me antecedeu, e diz: “Olha, não tem cesta básica”. É verdade. Quantas vezes o movimento está lá, as ocupações estão lá e as famílias batem na nossa porta pedindo lugar para morar. E quando a gente vai visitar aquele local, a panela está emborcada no fogão, porque também não tem o que comer. É ameaça de reintegração de posse.

Então vamos dar atenção. Eu peço que fortaleça mesmo. Vamos para a luta junto com esta Casa que é do povo, junto com vocês, vereadores, que são envolvidos com a causa, defensores, Centro Gaspar Garcia, que nunca nos fechou a porta; vamos juntos, porque a pior

luta é aquela que não se faz. E quem não luta está morto. (Palmas)

Gente, eu aproveito o ensejo, o momento e dou aqui um informe. Depois de 22 anos de luta - lutar é possível e conquistar também -, sexta-feira agora, dias 1º, nós vamos assinar a adesão do Programa Pode Entrar naquele prédio, Avenida Prestes Maia, 911. (Palmas) Viva! É possível, é possível. Foram 22 anos de luta, de ameaça de reintegração de posse, a Dra. Juliana correndo para lá e para cá, 22 anos. Sabem o que é isso? Sabem o que é você ver a criança nascer na portaria da Prestes Maia, hoje ela ser mãe e assinar o termo de adesão? Três vezes ocupados.

A luta continua. Enquanto não tiver direitos, enquanto os direitos do trabalhador e das famílias sem teto forem violados, as ocupações precisam continuar. E não é questão de ser nova. Vamos pesquisar, saber a história de cada família que ocupa um prédio novo.

Muito obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Muito obrigada, Ivanete. Acho que sua fala foi muito representativa, muito emocionante também.

Quero chamar agora o Gonçalves, que é da Campanha Despejo Zero.

**O SR. GONÇALVES** – Pessoal, eu quero falar de opções de áreas, porque não adianta despejar, e ir para onde? Nós estamos com 803 áreas no Município de São Paulo que são do SPU, que o Guedes quer leiloar. Então eu quero que esta Casa nos ajude a adquirir essas áreas dessas pessoas ameaçadas, entendeu? (Palmas) Nós estivemos visitando essas áreas, estão servindo de estacionamento, estão servindo de comércio indevidamente, uso indevido.

Então nós queremos que mulheres, principalmente as mulheres que são de família, que estão sendo ameaçadas pelos carrascos que cobram aluguel, que nos procurem. Eu, Gonçalves, sou defensor popular, na Defensoria, os companheiros antigos lá que me conhecem, nos procurem lá, mandem procurar o Gonçalves. A gente organiza.

Aqui tem viaduto. Lá nas periferias só tem que não pode desmatar, por causa do negócio de meio ambiente, as linhas de transmissões. Então estão morando debaixo das linhas de transmissão e a EMAE está despejando esse pessoal sem ordem judicial, sem nada. Então

nós temos que cobrar da EMAE também, porque não dá condições, ou ajuda de custo, ou negocia com a Prefeitura para arranjar um local. Então a minha opinião é essa. Esta Casa nos ajude a adquirir essas áreas para colocar esse pessoal.

Valeu, pessoal. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Gente, nós temos um horário para ficar aqui, porque logo mais, às 13h, vai começar a Comissão de Saúde da Câmara, que inclusive a Vereadora Juliana pertence a essa comissão. Mas para que nós possamos ouvir todas as pessoas que se inscreveram e concluir a nossa audiência com tranquilidade, nós vamos para outra sala, vamos para a Sala Tiradentes, que é ali em frente, e aqui vai se instalar a Comissão de Saúde.

Então eu queria passar a palavra agora para a Vereadora Juliana para ela se despedir aqui da audiência, porque ela vai precisar ficar na reunião da Comissão de Saúde, e assim nós vamos para a outra sala que é neste mesmo andar, é só seguirmos reto para a Sala Tiradentes.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Obrigada, Vereadora Silvia. Eu quero agradecer muito a todo o movimento de moradia, a toda a militância que a gente tem para dar a vida, o suor e, literalmente, o sangue, literalmente muitas vezes com tiro, porrada e bomba, enfrentando as reintegrações de posse, que eu digo que é papel de pão. Porque quando você tem uma legislação e tem ordem judicial, sim, aí é necessário cumprir a ordem para a gente, nem vocês nem os legisladores do Executivo prevaricarem. Mas o que tem, por exemplo, da Sorriso, foi o que eu... eu guardei esse apelido, de eles chegarem lá e, se não for área de risco iminente de vida ou morte, eles não podem fazer o que eles estão fazendo. Eles não podem derrubar os barracos e derrubar as casas quando vocês não estão presentes, sem ordem judicial.

Então eu quero me colocar à disposição, junto com o Dito, para vocês articularem, pensarem, quando souberem que está acontecendo, acionarem os vereadores e, no meu caso, o mandato, para a gente intervir nesse tipo de ação, como a gente já fez muitas vezes, não é, Dito?

Outra coisa: eu estou pedindo para colocar em primeira a votação do projeto hoje, já passou por CCJ, vamos ter que brigar, Silvia – peço ajuda sua também, dos demais vereadores -, para colocar em pé de pauta e fazer a votação em primeira, colocar no Congresso de Comissões. Ainda está na Comissão de Saúde, está na mão do Digilio. Mas se entra no Congresso de Comissões, a gente consegue tentar colocar ele como pé de pauta para votação. Vamos brigar por isso, em que pese hoje haver muitos projetos de lei na Casa, que a gente vai ter de se posicionar.

Inclusive – aí já deixo para vocês também esclarecido -, se vocês virem que a gente está obstruindo, não deixando a sessão andar, não é por conta de não pôr o projeto de vocês, mas é para evitar que outros projetos barbáries entrem nesta Casa ainda hoje.

Eu vou deixá-los porque também estamos com outra luta aqui que vai começar agora, que é o ponto de economia solidária do Butantã, que estão também sob ameaça de ter o seu imóvel, que é vinculado à Prefeitura, mas junto com o Instituto Butantã, uma conversa de ameaça de retirada daquele ponto dali, de tantos anos, que trabalha com economia solidária e trabalha com uma rede SUS muito intensa. Então nós estamos nessa audiência pública que também estamos em luta e também estamos pedindo apoio de vocês para denunciar esse descaso, que está nas nossas redes, mas também está nas redes da rede... ponto, economia solidária, Butantã. Então vocês procurem lá, que também ajuda muito curtir, compartilhar, comentar para ajudar na luta.

Gente, muito obrigada. Tenham todos uma boa tarde. Fiquem bem, se cuidem, porque o convite está aí, está bom? Não fiquem andando sem máscara, muito álcool gel, mas a gente não pode sair da rua neste momento, que a gente está precisando do povo. E, olha, a esperança está no dia 2 de outubro. Vamos juntos. Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Só vou esperar o Dito e a Dra. Juliana - não a Vereadora, que a Vereadora teve que ficar lá – chegarem para nós continuarmos aqui, está bem?

Já temos aqui a proposta de carta que será lida no final. Acho que eu vou chamando,

então, só para a gente não perder muito tempo, porque eu sei que as pessoas estão com criança.

O próximo aqui é o Olita, da Ocupação Douglas Rodrigues.

**O SR. HENRIQUE OLITA** – Sou eu. Vou falar de pé. Obrigado, Vereadora, pela oportunidade.

A nossa ocupação dirige duas mil famílias. Não tem um dia lá na Vila Maria que não bata alguém na nossa porta pedindo espaço, nem um dia. E não são duas famílias, três, são quatro, cinco, dez por dia, da própria região. Não têm onde morar, não têm onde comer, não têm trabalho. O Dito conhece, o Dito é nosso advogado.

Mas quase, Vereadora, quase 60% das famílias que moram na nossa ocupação têm carteira assinada, trabalham nas empresas, com muito orgulho, nas empresas da região, trabalham na Viação Cometa, trabalham na empresa de limpeza pública, na empreiteira etc.

Qual é a situação? A situação é que o Estado brasileiro... Estou falando isso para os movimentos. Essa é a nossa experiência de nove anos. Conversando com você, da Cachoeirinha. O Estado brasileiro - quando eu falo o Estado brasileiro, é o Governo Federal, o Governo Estadual, a Prefeitura, o Judiciário, o Parlamento – está de costas viradas para o povo. Essa é a situação.

Por que nós estamos nessa situação hoje? Por que o povo brasileiro... Olhem as ruas de São Paulo. Parece que você está no Gueto de Varsóvia na 2ª Guerra Mundial, com gente morando na rua, enrolada em cobertor, com criança andando no meio do semáforo.

Onde nós vamos parar? Essa é a situação. E o Estado brasileiro, o Governo, os governos estão alinhados, companheiras e companheiras, estão alinhados aos patrões, aos bancos, a quem ganha muito dinheiro com essa situação. E os trabalhadores estão do outro lado. Nós estamos do outro lado. É a velha luta de classes. (Palmas) É a velha luta de classes que não desapareceu. Só que a crise capitalista é de tamanha monta que nós estamos chegando a essa situação, que o Dito tem que ir pedir pelo amor de Deus, em Brasília, para um ministro do Supremo: “Olha, pelo amor de Deus, dá mais dois, três meses para nós”. Olhem a que ponto a gente chegou.

Vereadora, esse Judiciário dá nojo! Dá nojo desses desembargadores de São Paulo. O nosso caso foi julgado por seis desembargadores numa câmara cível, no Tribunal de Justiça. Quase 12 mil pessoas de uma empresa que é fraudadora do fisco nacional, que só para a Prefeitura deve mais de oito milhões de reais de IPTU. O que fizeram os desembargadores? Votaram por unanimidade pela reintegração de posse. Não teve um que votou a favor. Unânime, todos eles, todos eles a serviço do capital, a serviço das grandes empresas, a serviço dos bancos.

E agora está tramitando um projeto de lei, que já foi aprovado na Câmara e que vai para o Senado, que permite o despejo, permite aos bancos tomarem o único imóvel que a família tem para morar, por dívida, o que antes a lei na permitia. Então, se o sujeito, por exemplo, devesse para o Bradesco dez mil reais, quinze mil reais ou o que seja, o Bradesco podia acionar qualquer propriedade do cara. Mas se ele mora num sobradinho não sei onde, no Campo Limpo, em que mora a família dele e é a única propriedade dele, o Banco não podia tomar; agora vai poder. Que *catso* que nós estamos fazendo, gente?

Tem eleição neste ano. Nós vamos votar no Lula, é evidente. Mas nós, companheiras e companheiros, consideramos que isso é insuficiente. É preciso reformar o conjunto das instituições do Estado brasileiro. Não dá para ter a Polícia Militar que nós temos aqui, que fica dentro de quartel batendo continência e serve para descer o sarrafo nos trabalhadores. Não dá, não dá!

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Conclua, por favor.

**O SR. HENRIQUE OLITA** – Já vou concluir.

Então, companheiras e companheiros, sábado, dia 2 de julho, haverá uma manifestação por uma Assembleia Nacional Constituinte soberana, Vereadora, na Casa de Portugal. O Dito é um dos companheiros que está nos apoiando nessa iniciativa, uma ação nacional para começar uma campanha por uma Assembleia Nacional Constituinte, ou seja, eleger representantes do povo para reformar o Estado brasileiro.

Porque só as eleições no dia 2 de outubro - eleger o Lula vai ser um passo importante

– nós julgamos, companheiras e companheiros, insuficientes. Por que o que vai acontecer quando o Lula puser a bunda dele na cadeira, no dia 2 de janeiro? O Judiciário vai ser o mesmo, o mesmo Judiciário que coloca as nossas famílias na rua vai continuar operando durante o Governo Lula. Eu não quero pintar o quadro mais difícil do que ele já é, mas eu quero apontar esse dado de realidade para todas as companheiras e todos os companheiros.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Obrigada. Queria passar agora para a Valdina Silva, da Unicab, Fórum dos Ambulantes. (Palmas) Pode falar ali naquele microfone, Valdina.

**A SRA. VALDINA SILVA** – Boa tarde à Mesa, na pessoa da Vereadora Sílvia da Bancada Feminista - hoje, mulheres, a gente precisa abrir bem os olhos, porque na maioria somos mães solas -, e a toda e todos.

---

Companheiros, eu venho aqui como trabalhadora ambulante, mas também como mãe solo e como todas as mulheres deste país. O grande companheiro que me antecedeu falou uma verdade: o poder público abandonou e está transformando as famílias em vulneráveis, nas ruas por falta de políticas públicas de emprego, de moradia e de segurança alimentar. Então nós precisamos, sim, de uma Constituinte já, porque se o cidadão não tem moradia, se ele não tem emprego e ele não tem alimentação na mesa, como vai sobreviver?

Então, nós, os trabalhadores e as trabalhadoras ambulantes deste país, estamos aqui pedindo, encarecidamente, para que o Poder Público, o Sr. Governador, Prefeito, Defensoria Pública, lembrem-se de que nós é quem construímos esse país. Somos trabalhadores. Em vez de ter uma política pública para nos defender, nós sofremos todo tipo de violência: retirada de garantia de direito dos trabalhadores, sem comida, sem emprego e totalmente precária, sem segurança alimentar, nós nos tornamos cada vez mais vulneráveis. Isso traz doença mental, isso traz a violência, que está no país todo, por causa da falta de políticas públicas.

Quero agradecer aqui, em nome da Unicab, em nome do Fórum dos Ambulantes e

de todos os companheiros, companheiras principalmente, que hoje abraçam essa causa: Dra. Juliana, Vereadora Silvia da Bancada Feminista, Juliana Cardoso, Dito, Gaspar Garcia e a Defensoria Pública. (Palmas)

Viva os trabalhadores ambulantes! Temos todas as necessidades desse país, como todos os trabalhadores. Sofremos a violência, o desrespeito da garantia do cidadão. A segurança alimentar e o trabalho é um direito humano.

Muito obrigada pelo convite. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Muito obrigada, Valdina. Eu queria chamar agora a Olga Quiroga, que é da Garmic. A Olga está aí? Vou pedir para as pessoas falarem mais ou menos uns três minutos para que todo mundo possa terminar aqui, tá?

**A SRA. OLGA QUIROGA** – (Oradora faz o pronunciamento com leve sotaque espanhol) - Boa tarde a todos e todas.

Eu sou a Olga e coordeno o Grupo de Habitação para Morada de Idosos da Capital. Estou aqui representando 127 idosos, que foram despejados. Mesmo com o despejo sério, foram despejados e se encontram na rua. Venho aqui ser solidária com todos vocês que estão pedindo para prorrogar esse Despejo Zero.

Graças a Deus já tenho minha moradia, tudo, mas nem por isso que eu vou ficar em casa acomodada, porque eu gosto muito desse povo brasileiro. Vocês lutam muito, mas infelizmente a política pública a gente conquista, consegue, mas não são colocadas em prática. Porque se a política pública fosse colocada em prática não teria nenhum idoso, nenhuma família, ninguém sem habitação. Porque a habitação é o primeiro direito do ser humano. E como nossa companheira Graça fala, é a porta de todos os outros direitos. Então, se a gente não tem direito à habitação, não tem direito a nada, não é isso?

Então, a gente tem que continuar juntos, organizados em uma fraternidade e mesmo a gente gritar e gritar e a gente não ter medo de lutar, né? Porque eu fico muito preocupada, porque tem muitos colegas nossos, quando eu trabalhei meu mutirão éramos 200 mutirantes e conseguimos nossa moradia. Mas só estou eu aqui, ajudando vocês. Por que os outros se

omitem? Por que os outros não vêm lutar junto para ajudar aqueles que ficaram para trás, quando eu conquistei a minha casa? Quando eu vejo isso me sinto envergonhada, porque isso é covardia. Se a gente se unisse, se organizasse, porque fazer sozinho, a gente não faz nada.

E viva a luta por moradia! (Palmas) Lutar porque a gente quer, porque a gente quer apoiar, não é vergonha, nem covardia. A maior nobreza que o ser humano tem é ser solidário e ajudar os outros que precisam.

Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Muito obrigada, Dona Olga.

Queria chamar agora a Mara Souza, de novo? (Risos)

Então, agora, é a Ana, do MMRC e Brigadas Populares. Cadê a Ana?

**A SRA. ANA** - Boa tarde, gente.

Eu e o companheiro Edson – achei que ele vinha sozinho – estamos aqui representando a Ocupação Elza Soares, que é uma ocupação nova. Foi feita agora no dia 1º de abril, pelo MMRC e as Brigadas Populares. Esse prédio estava há 20 anos já sem função social. Nós entramos e esse prédio voltou a ter função social. Nós já tiramos muito lixo de lá. Estamos com dezenas de famílias, muitas crianças. Inclusive, tem uma mãe bem representativa aqui – levanta a mão aí, Jana – que é de lá, da nossa Ocupação. Então, lá nós temos muitas famílias. A nossa prioridade é cuidar das mães solas.

Mas, enfim, o proprietário já entrou com uma ação de despejo. O oficial de Justiça já bateu lá na nossa porta com a ação de despejo, nós já estamos passando por esse processo. O que a gente veio pedir é que o Ministro Barroso possa estar prorrogando essa PL 828, porque já estamos com essa preocupação na nossa cabeça, de não saber onde vamos estar realocando essas famílias que estão lá, que são pessoas bastante vulneráveis. É bem difícil mesmo a situação. São pessoas que não têm realmente condições de pagar o aluguel aqui fora. Como já foi falado aqui por outras pessoas, ou coloca a comida na mesa ou paga o aluguel.

E é por essa razão que a gente está aqui.

É isso, gente. Obrigada, viu? (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Muito obrigada, Ana.

- Manifestações no recinto.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Eu sei que sexta-feira tem uma atividade lá na Ocupação. Eu estarei presente nessa atividade, tá? (Palmas)

Queria chamar, agora, então, a Adriana Angelina da Silva, que é da Ocupação Jorge Hereda, Parque Savoy City – ULCM. Já estive lá na Ocupação Jorge Hereda também, a convite do Dito.

**A SRA. ADRIANA ANGELINA DA SILVA** - Boa tarde.

O meu nome é Adriana, eu sou uma das coordenadoras da Ocupação Jorge Hereda, venho aqui representar as 800 famílias que lá estão. E, também, representar muitas mães, pais desempregados, senhores, senhoras - aqui estão alguns deles, que eu trouxe comigo – idosos e deficientes acamados lá também. A gente está lá há um ano. Fez um ano dia 16 de junho agora e a gente quer continuar lá, só que é do Grupo Savoy. A gente não quer nada de graça. A gente quer só um lugar, um teto para morar. Tem mais famílias chegando. A cada dia, como disseram alguns dos nossos amigos que aqui estão, chega mais gente para querer morar também, que já foi despejado.

Semana passada chegou uma senhora lá com sete filhos. Foi despejada com um papel na mão, porque não tem condições de pagar um aluguel. Até fome estavam passando e foram procurar a Ocupação para que a gente lá ajudasse eles. Então, assim, somos uma equipe. Todos juntos somos unidos. Queremos ganhar o nosso teto, ter um direito, que é um direito do cidadão brasileiro ter um teto para morar. Muita gente morando na rua ainda e o Poder Público está querendo fazer o quê? Colocar a gente para fora. E a gente quer Despejo Zero. (Palmas)

Obrigada, Sr. Dito. A gente tem até amanhã, dia 30. O último prazo que a gente tem é amanhã. Então, Despejo Zero! Vamos para frente, gente. Nós temos que vencer eles.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ADRIANA ANGELINA DA SILVA** - Viva a Ocupação Jorge Hereda.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Viva! Obrigada, Adriana.

A Ocupação Jorge Hereda é uma das ocupações que está dependendo dessa de DPF. Eu acho que várias ocupações aqui estão mostrando como é necessária, é urgente essa prorrogação da DPF pelo STF.

Então, a gente vai ouvir a nossa última inscrita, que é a Vera Padilha, e depois vamos partir para a finalização, para os encaminhamentos. Estou aqui com a proposta de carta, que vamos ler para aprovar.

**A SRA. VERA PADILHA** - Boa tarde a todos e todas.

Meu nome é Vera Padilha, faço parte do Movimento da Moradia, da ULCM. Nós também estamos aí com...

- Interferência na fala da oradora. Microfone aberto.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Espere só um minutinho, Vera.

**A SRA. VERA PADILHA** - Não está ouvindo?

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Não, é que alguém está com o microfone aberto.

**A SRA. VERA PADILHA** - É verdade, estou ouvindo.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Assessoria, tem como silenciar as pessoas que estão *on-line*? Por favor, peço que feche o microfone.

**A SRA. ASSESSORA DA COMISSÃO** – Inamar, você está com o microfone aberto.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Ah, está bem, então.

**A SRA. VERA PADILHA** - Está ouvindo?

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Agora sim, Vera.

**A SRA. VERA PADILHA** – Como eu estava dizendo, Jorge Hereda, Estrela de Davi, Terra Prometida, temos cinco ocupações, todas ameaçadas. Já fizemos com o Despejo Zero vários atos na cidade São Paulo. Fizemos bastante mobilizações para que não ocorram esses despejos, porque estamos ameaçados de despejo. De março para cá, aumentou ainda mais o

número de famílias ameaçadas de remoções. Centenas de pessoas morreram vítimas das chuvas, em função das condições precárias de moradia, não é verdade? Mais de 33 milhões de brasileiros e brasileiras estão passando fome e o número da população em situação de rua cada vez aumenta mais. Não é culpa nossa. Nós não queremos morar na rua. Nós queremos moradia digna.

A cidade São Paulo está cheia de prédios que não tem função social. É que nem esse do Jorge Hereda, desses irmãos Savoy, que são milionários e ficam fazendo questão de um pedaço de terra, enquanto os pobres ficam aí precisando de uma moradia digna.

Então, nós estamos aqui lutando para que a gente possa ter o direito, no mínimo, na cidade São Paulo, no Brasil, à dignidade, a uma moradia digna. Sabe por quê? Moradia é um direito humano e é fundamental que a gente possa lutar pelos nossos irmãos.

Eu já moro aqui no Centro, graças à entidade do Movimento de Moradia, que é o ULCM, que faz esse trabalho com as famílias, para que elas possam morar bem, morar com uma qualidade de vida melhor.

Outra coisa, esse povo que está em ocupação – é bom esse Juiz saber – e não é de graça. As pessoas querem, elas trabalham, são pessoas que estão vulneráveis a todas essas maldades, mas elas querem pagar. Que venham para dentro de um programa, para que elas possam pagar, de acordo como cabe no bolso delas, tá bom?

Então, é isso, gente. Vamos...

Despejo Zero, já! (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Muito obrigada, Vera.

A gente vai dar os encaminhamentos da audiência.

Eu vou passar para o Dito e para a Dra. Juliana antes de fazer a finalização.

- Manifestação fora do microfone.

Você quer fazer a leitura da carta? Pode fazer, Dito. Posso fazer? Então, eu faço a leitura da carta no final.

**O SR. DITO** – Então, pessoal, eu queria só, em primeiro lugar, aproveitar aqui para

dar os parabéns - a Mara já tinha dito, mas é importante fazer esse registro - mesmo com a greve, com a dificuldade, o pessoal que mora aqui na rede, tem gente que mora no extremo Sul do Grajaú, na região do Socorro, na zona Leste de São Paulo, então, o pessoal veio, mesmo com a greve de ônibus. É bom dizer que estamos solidários à luta dos trabalhadores também na greve de ônibus. Uma salva de palmas para os trabalhadores em greve, porque nós defendemos a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. (Palmas)

Queremos agradecer a participação de vocês aqui hoje, porque essa audiência, além de ter sido histórica, pelas falas emocionadas que houve aqui, como a fala da Nete e tantas outras falas; a fala da Sorriso, a fala das companheiras da Ocupação Jorge Hereda, da Vera, da Marilena, da D. Olga. Tantas mulheres que falaram, não sei se eu lembrei de todas, mas foram muitas falas importantes. Os dados também que a Juliana trouxe aqui. A participação da Defensoria Pública, a presença das nossas Vereadoras, do Suplicy também, que estava em outro compromisso, mas fez questão também de estar presente na nossa audiência.

Quero dizer duas coisas, Acho que nós temos aqui um projeto de lei tramitando na Câmara, que pede a prorrogação dos despejos aqui na cidade São Paulo e a atuação do Poder Público na situação dos conflitos.

No final, ainda, da reunião, na transição, eu conversei com aquele Procurador, o Maurício - ele deixou até o contato dele – a gente pediu a urgência da constituição de uma comissão de conflitos um pouco mais ampla, como já foi sugerido aqui. Não só uma comissão de conflito da Secretaria de Habitação, mas que envolva um conjunto de órgãos da Prefeitura. Ele falou que está disposto a conversar. Vamos ver se a gente consegue agendar mais uma reunião com ele, Silvia, para a gente seguir dialogando. E pedir também, encarecidamente, ao Presidente da Câmara Municipal, o Vereador Milton Leite e às Liderança das Comissões, às presidências de comissões que agilizem a tramitação do PL 118, aqui na Câmara Municipal.

O encaminhamento dessa audiência pública, na minha opinião, foi uma das mais bonitas e mais importantes que eu já participei aqui na Câmara Municipal. Que seus resultados possam chegar à Presidência do Tribunal de Justiça, através dessa carta, ao Prefeito Ricardo

Nunes e ao Supremo Tribunal Federal.

Nessa luta nossa nós temos que ter muita esperança, porque vamos ser vitoriosos e vitoriosas na nossa luta. Registro também a fala da Ocupação Vila dos Heróis. Mesmo com toda a coragem, o pessoal falou “estou tremendo Dito, mas vou lá e falo”.

Então, uma salva de palmas para todos e todas que se manifestaram aqui nessa audiência pública. (Palmas) e pedir, agora, “Despejo Zero, quando, pessoal? “Já”. Despejo Zero, quando? “Já”. Prorroga: “Já”. Prorroga STF: “Já”. Prorroga ADPF 828, Ministro Barroso, para conseguirmos continuar sonhando pelo nosso direito à moradia.

Viva a luta popular e viva a nossa resistência! (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Dito.

Realmente a audiência foi sensacional, a presença de todas as pessoas que fizeram sacrifício de vir aqui hoje para poder lutar e se expressar.

Queria passar a palavra, para finalizar, para a Dra. Juliana.

**O SR. DITO** – Silvia, só fazer o registro da Ocupação Elza Soares, que também está aqui presente, e não esquecemos ninguém, todas as ocupações presentes na luta.

**A SRA. JULIANA AVANCI** – Eu estou contemplada com a finalização do Dito e espero que numa próxima agenda a Secretaria de Habitação se comprometa a conseguir, a se esforçarem para participar, também para que assumam o compromisso para elaboração de um plano, para que consigamos fazer um plano de transição quando for necessário. Esperamos que tenha a prorrogação dos efeitos da ADPF, mas pensando também futuramente que, em algum momento, esse plano de transição vai ser necessário para evitar que os efeitos sejam perversos contra as famílias que estão em situação de despejo.

É isso, obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Dra. Juliana.

Eu vou ler a proposta de carta, antes de finalizar. É muito importante essa carta no sentido de que ela foi escrita coletivamente pelos mandatos e pelos movimentos. Então, é importante que vocês aprovelem essa carta como um encaminhamento dessa audiência, como

fruto da presença de vocês aqui nessa audiência.

Então eu vou ler.

- É lido o seguinte: *(Carta de apelo para que os Ministros do STF prorroguem os efeitos da decisão da ADPF 828/2021, que suspende o cumprimento de despejos e remoções)*

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Então, essa é a carta.

Queria que, através de palmas, nós, todos e todas, aprovássemos essa carta que será encaminhada ainda hoje ao Ministro Barroso e ao Prefeito Ricardo Nunes. (Palmas)  
Aprovada.

Quero finalizar, primeiramente, agradecendo muito. Queria agradecer especialmente ao Dito, que está à frente praticamente de todas as ocupações. É advogado de muitas ocupações e tenho certeza de que foi a mobilização dele em particular que propiciou que vocês estivessem hoje presentes nessa audiência. Foi um prazer estar com você hoje na Mesa da audiência, Dito.

Quero agradecer à Dra. Juliana, que é do Centro Gaspar Garcia, que também está à frente de não sei quantas ações de reintegração de posse. Vocês estão monitorando, Juliana, é um trabalho hercúleo que vocês fazem, então, muito obrigada mesmo.

Quero agradecer à Procuradoria e à Defensoria, que estiveram aqui presentes.

Quero também lamentar a ausência do Poder Executivo nessa audiência; lamentar a ausência da Secretaria de Habitação; lamentar a ausência da Secretaria de Urbanismo, porque demonstrou que eles não estão preocupados, não acham que é importante ter um posicionamento do município, em relação à prorrogação da ADPF e as consequências, se por acaso, ela não for prorrogada.

Quero agradecer muito à Vereadora Juliana Cardoso, ao Vereador Eduardo Suplicy, que foram parceiros na nossa audiência pública. Nós fizemos essa audiência convocada pelos três Vereadores, o que mostra que precisamos da unidade da esquerda para vencer os inimigos, tanto agora na luta concreta, quanto também no dia 2 de outubro.

Quero terminar agradecendo especialmente a cada um e a cada uma que veio aqui para a audiência. Mas, queria agradecer especialmente às mulheres, porque as mulheres são a maioria das lideranças das ocupações. São elas que vêm aqui com filho, com criança pequena, que se desdobram para poderem estar presentes. Acho que elas merecem, por último, a nossa principal salva de palmas na nossa audiência. (Palmas)

**O SR. DITO** – Só fazer o registro de novo, só para não deixar nenhuma dúvida, a presença aqui também das ocupações, e a Josélia fez um esforço grande, peço uma grande salva de palmas para Josélia (Palmas)

E, também, para as ocupações Armênia, Santana e da Rua Augusta, que também estão penduradas na ADPF e precisamos também prorrogar.

Obrigado pela presença.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Agradecendo, então, a todas as ocupações que estiveram aqui presentes e dizer também, por último, que a Câmara Municipal é sim a Casa do Povo e, hoje, a Câmara se encheu de povo e é assim que deve ser todos os dias.

Nada mais havendo a ser tratado dou por encerrada essa audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma boa tarde.